

**Adultização infantil na contemporaneidade: desafios para a educação e a proteção da infância**

**Child adultification in contemporary society: challenges for education and the protection of childhood**

**Adultización infantil en la contemporaneidad: desafíos para la educación y la protección de la infancia**

DOI: 10.54901/educa.v9-571

Wollacy Esquerdo Lima<sup>1</sup>  
Vilma Suely Duarte de Moraes<sup>2</sup>  
Priscilla Pantoja do Nascimento<sup>3</sup>  
Manuela Andrade Ferreira<sup>4</sup>  
Leticia da Silva Corrêa de Souza<sup>5</sup>  
Ana Paula de Moura Castilho<sup>6</sup>

**RESUMO:** A adultização infantil constitui um fenômeno contemporâneo marcado pela antecipação de comportamentos, responsabilidades, padrões estéticos, valores e expectativas associados ao universo adulto. As transformações socioculturais, a expansão das mídias digitais, a cultura do consumo e a crescente exposição da imagem infantil têm contribuído para modificar as formas de vivenciar a infância, produzindo desafios para o desenvolvimento integral e para a proteção das crianças. Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica sobre a adultização infantil, identificando os principais fatores associados ao fenômeno, suas repercussões para o desenvolvimento da criança e os desafios colocados à educação e à proteção da infância na contemporaneidade. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada no Portal de Periódicos CAPES, considerando publicações entre 2016 e 2026. Foram utilizados os descritores “Adultização AND infantil”, “Adultização AND infância” e “Adultização AND educação”. A análise dos dados foi realizada mediante a Análise Temática proposta por Braun e Clarke, possibilitando a organização dos achados em categorias analíticas. Os resultados evidenciaram a concentração recente da produção científica sobre a temática e apontaram a influência das mídias digitais, da cultura do consumo e da exposição infantil como fatores associados ao processo de adultização. Também foram identificadas repercussões relacionadas ao desenvolvimento emocional, social e identitário das crianças, bem como desafios para a atuação educacional e para a garantia da proteção integral da infância. Conclui-se que a adultização infantil constitui uma problemática multifatorial que demanda maior atenção científica e educacional, especialmente no desenvolvimento de estratégias

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amapá, Santana, Amapá, Brasil.

E-mail: wollacyprofessor@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amapá, Governo do Estado do Amapá, Santana, Amapá, Brasil. E-mail: vilmasuely-pa@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amapá, Prefeitura Municipal de Macapá, Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: prilpe@outlook.com

<sup>4</sup> Mestra em Ciências da Educação pela FICS, Escola Conexão Aquarela, Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: nuelamf@gmail.com

<sup>5</sup> Mestra em Educação pela Universidade Federal do Amapá, Governo do Estado do Amapá, Santana, Amapá, Brasil. E-mail: letcorreasouza@gmail.com

<sup>6</sup> Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Governo do Estado do Amapá, Santana, Amapá, Brasil. E-mail: apaulinham09@gmail.com

pedagógicas e políticas de proteção capazes de assegurar às crianças o direito de vivenciar plenamente sua infância.

**Palavras-chave:** adultização infantil; infância; educação; mídias digitais; proteção da infância.

## 1 INTRODUÇÃO

A infância constitui uma etapa singular do desenvolvimento humano, marcada por processos de descobertas, aprendizagens, brincadeiras, construção da identidade e desenvolvimento de dimensões cognitivas, afetivas e sociais. O reconhecimento da infância como período específico da vida, dotado de necessidades, características e direitos próprios, resulta de um processo histórico de transformação das concepções sociais sobre a criança. Entretanto, na sociedade contemporânea, diferentes fenômenos têm contribuído para modificar as formas pelas quais as crianças vivenciam essa etapa, entre os quais se destaca a adultização infantil.

A compreensão histórica da infância permite reconhecer que aquilo que atualmente se entende como experiência infantil não constitui uma realidade natural e imutável. Ariès (1981), ao analisar a história social da infância, demonstra que a percepção da criança como sujeito pertencente a uma fase particular da vida foi sendo construída historicamente. Em períodos anteriores, as fronteiras entre o universo infantil e o adulto eram menos demarcadas, fazendo com que as crianças participassem precocemente de práticas e relações próprias do mundo adulto. A constituição moderna do sentimento de infância produziu, progressivamente, uma diferenciação entre esses universos e consolidou a necessidade de proteção, cuidado e educação específicos.

Na contemporaneidade, entretanto, essas fronteiras voltam a ser tensionadas. Postman (1999) chama atenção para as transformações provocadas pelos meios de comunicação e pela circulação ampliada de informações, argumentando que a exposição das crianças a conteúdos anteriormente restritos ao universo adulto contribui para o enfraquecimento das diferenças entre infância e vida adulta. Com a expansão das tecnologias digitais e das redes sociais, esse processo adquiriu novas características, uma vez que crianças passaram a ter contato cada vez mais precoce com padrões de comportamento, consumo, aparência e exposição social próprios do universo adulto.

Nesse cenário, a adultização infantil pode ser compreendida como um processo pelo qual crianças são submetidas, incentivadas ou estimuladas a incorporar comportamentos,

valores, responsabilidades, padrões estéticos e expectativas associados à vida adulta antes de alcançarem maturidade compatível com essas experiências. Trata-se, portanto, de um fenômeno que não se restringe à erotização ou à sexualização precoce, mas envolve diferentes dimensões da experiência infantil, incluindo o consumo, a aparência, a exposição nas redes sociais, a busca por reconhecimento e a antecipação de responsabilidades.

A produção científica recente evidencia que as mídias digitais constituem um dos espaços nos quais esse processo se manifesta de maneira mais intensa. A presença crescente de crianças em redes sociais, a exposição de sua imagem, o contato com influenciadores digitais e a reprodução de padrões de comportamento e de consumo contribuem para aproximar experiências infantis de práticas tradicionalmente associadas ao mundo adulto. Nesse processo, a criança não ocupa apenas a posição de receptora de conteúdos, mas também pode assumir a condição de produtora e divulgadora de sua própria imagem, tornando sua infância parte de uma dinâmica de exposição pública e consumo.

Associada às transformações tecnológicas encontra-se a expansão da cultura do consumo, que constitui outro elemento relevante para a compreensão da adultização. A publicidade, a indústria da moda, os produtos de beleza e os padrões estéticos direcionados ao público infantil podem estimular a incorporação precoce de práticas e valores relacionados à aparência e à imagem corporal. Dessa forma, determinadas experiências deixam de estar vinculadas exclusivamente às necessidades e interesses próprios da infância e passam a ser atravessadas por expectativas de beleza, desempenho, reconhecimento e consumo.

As repercussões desse fenômeno ultrapassam as dimensões comportamental e estética. A literatura recente aponta possíveis impactos sobre o desenvolvimento emocional, psicológico, social e identitário das crianças, especialmente quando a adultização implica redução das experiências próprias da infância, como o brincar, a imaginação, a convivência entre pares e a construção gradual da autonomia. A antecipação de demandas e expectativas adultas pode produzir situações de vulnerabilidade e dificultar a vivência de uma infância protegida e compatível com as necessidades de desenvolvimento da criança.

Nesse contexto, a educação ocupa posição fundamental. A escola constitui um dos principais espaços de socialização e formação das crianças e, conseqüentemente, também pode desempenhar papel importante na identificação, problematização e enfrentamento dos processos de adultização. A atuação educativa precisa considerar as transformações socioculturais que atravessam a infância contemporânea, promovendo experiências que reconheçam a criança como sujeito de direitos e valorizem sua singularidade, sua autonomia progressiva, sua criatividade, sua ludicidade e seu desenvolvimento integral.

Entretanto, a análise da produção científica recente evidencia uma importante lacuna: embora os estudos discutam os fatores associados à adultização e suas possíveis repercussões, ainda são reduzidas as investigações que apresentam estratégias pedagógicas concretas para seu enfrentamento no cotidiano escolar. Essa lacuna é particularmente relevante para a área da Educação, pois compreender o fenômeno não é suficiente; torna-se necessário também investigar como professores e instituições educativas podem contribuir para a proteção da infância diante das pressões produzidas pelas mídias digitais, pelo consumo e pela cultura contemporânea.

Além disso, a produção científica sobre a temática ainda se mostra recente e reduzida. A busca realizada no Portal de Periódicos CAPES, considerando o período de 2016 a 2026 e os descritores “Adultização AND infantil”, “Adultização AND infância” e “Adultização AND educação”, evidenciou concentração das publicações nos anos mais recentes, indicando que a adultização infantil constitui um campo de investigação ainda em consolidação. Esse cenário reforça a necessidade de sistematizar o conhecimento disponível e identificar as principais abordagens, tendências e lacunas presentes na literatura.

Diante desse contexto, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: como a produção científica dos últimos dez anos tem abordado o fenômeno da adultização infantil e quais são suas principais implicações para a educação e a proteção da infância?

A partir dessa questão, o estudo tem como objetivo geral analisar a produção científica sobre a adultização infantil, identificando os principais fatores associados ao fenômeno, suas repercussões para o desenvolvimento da criança e os desafios colocados à educação e à proteção da infância na contemporaneidade.

Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, buscando sistematizar os estudos publicados sobre a temática e identificar as principais tendências da produção científica. A análise temática dos estudos, fundamentada em Braun e Clarke (2006), possibilitou organizar os achados em categorias analíticas relacionadas à dimensão sociocultural da adultização, à influência das mídias digitais e da cultura do consumo, às repercussões para o desenvolvimento infantil e aos desafios da educação e da proteção da infância.

Essa perspectiva permite compreender a adultização infantil não como um fenômeno isolado ou exclusivamente relacionado ao comportamento individual da criança, mas como uma problemática atravessada por relações sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e educacionais. Desse modo, discutir a adultização significa também discutir que infância a

sociedade contemporânea está produzindo e qual papel a educação pode desempenhar na garantia do direito de crianças viverem plenamente sua infância.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A infância, enquanto categoria social, não é um dado natural, mas uma construção histórica e cultural. Philippe Ariès (1981), em sua obra clássica *História social da criança e da família*, demonstrou que, durante séculos, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura, não existindo uma concepção diferenciada para essa etapa da vida. Segundo o autor, apenas a partir da modernidade surge o “sentimento de infância”, momento em que a criança passa a ser reconhecida como sujeito de cuidados específicos, merecendo proteção e um espaço próprio no seio da sociedade. Esse olhar histórico permite compreender que as práticas sociais em relação à infância não são universais, mas variam conforme o contexto cultural e social.

“Na sociedade medieval, o sentimento de infância não existia; isso não significa que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas, mas sim que não havia consciência da particularidade infantil que distingue essencialmente a criança do adulto.” (Ariès, 1981, p. 156)

No entanto, esse reconhecimento da infância como fase diferenciada não garantiu sua preservação ao longo do tempo. Neil Postman (1999), ao analisar os impactos das mídias eletrônicas, defendeu que a infância está em processo de desaparecimento, uma vez que as informações e experiências antes restritas aos adultos se tornaram acessíveis às crianças. A televisão, e posteriormente a internet, romperam as fronteiras simbólicas que protegiam a infância, expondo os pequenos a conteúdos e linguagens impróprios para sua idade. A crítica de Postman mantém-se atual na sociedade contemporânea, marcada pela expansão tecnológica, pelo consumismo e pela erotização precoce.

A adultização infantil, conceito central desta pesquisa, é compreendida como a inserção precoce da criança em comportamentos, responsabilidades e papéis próprios da vida adulta. Ferreira, Ferreira e Melo (2021) analisaram como as escolhas infantis, mediadas pelo consumo e pela publicidade, revelam preferências por elementos tipicamente adultos. Em suas investigações, observaram que muitas crianças optavam por produtos associados ao universo adulto, justificando suas escolhas com base em critérios de status e aceitação social. Esses achados indicam que o consumo tem desempenhado um papel decisivo na colonização da infância, transformando-a em alvo privilegiado do mercado.

De forma complementar, Castilhos e Leandro (2018) argumentam que a adultização infantil também se manifesta nas práticas familiares e escolares, quando a criança é pressionada a assumir responsabilidades ou padrões de comportamento que não condizem com sua faixa etária. Essa antecipação de fases pode comprometer o desenvolvimento emocional e social, gerando dificuldades de socialização e até sintomas de ansiedade.

A adultização infantil ocorre quando a criança passa a assumir papéis sociais que não correspondem ao seu estágio de desenvolvimento, sendo submetida a exigências emocionais e comportamentais próprias do universo adulto, o que pode comprometer sua formação integral e gerar impactos significativos em sua constituição subjetiva (Castilhos; Leandro, 2018, p. 50).

Além dos fatores midiáticos e sociais, é fundamental considerar o papel da família no processo de adultização infantil. A família constitui o primeiro espaço de socialização da criança, sendo responsável pela transmissão de valores, normas e comportamentos. Nesse contexto, práticas familiares podem tanto contribuir para a preservação da infância quanto favorecer a antecipação de responsabilidades e atitudes próprias da vida adulta.

Em muitos casos, a adultização ocorre dentro do próprio ambiente familiar, quando a criança é incentivada ou obrigada a assumir funções que não correspondem à sua faixa etária, como cuidar de irmãos, lidar com problemas financeiros ou adotar comportamentos emocionalmente maduros. Além disso, a exposição precoce a conteúdos inadequados, a cobrança excessiva por desempenho e a valorização de padrões estéticos e de consumo também são elementos que podem ser reforçados no contexto familiar.

A família exerce influência decisiva no desenvolvimento infantil, podendo tanto proteger quanto expor a criança a experiências inadequadas à sua idade. Quando há a antecipação de papéis e responsabilidades, a criança pode vivenciar exigências emocionais para as quais ainda não possui maturidade, o que compromete seu desenvolvimento integral (Kalamar; Castilhos, 2020, p. 120).

Nesse sentido, a ausência de mediação adequada por parte dos responsáveis pode favorecer a internalização de comportamentos adultizados, reduzindo o tempo destinado ao brincar e às experiências próprias da infância. Por outro lado, quando a família valoriza o diálogo, o afeto e o respeito às etapas do desenvolvimento, contribui significativamente para a construção de uma infância saudável.

Assim, compreender o papel da família torna-se essencial para a análise da adultização infantil, uma vez que esse processo não ocorre de forma isolada, mas resulta da interação entre

diferentes contextos sociais. A articulação entre família e escola, portanto, é fundamental para garantir que a criança tenha seus direitos respeitados e possa vivenciar plenamente sua infância.

No mesmo sentido, Kalamar e Castilhos (2020) ressaltam que o contexto social contemporâneo é marcado pela aceleração da vida e pela intensificação do uso das tecnologias digitais, fatores que reduzem os espaços de convivência infantil e favorecem o contato das crianças com universos adultos. Para os autores, o fenômeno da adultização está diretamente relacionado à lógica do consumo, que transforma a criança em sujeito de mercado, induzindo-a a desejar produtos e estilos de vida incompatíveis com sua idade.

Do ponto de vista psicológico, o desenvolvimento da criança deve ser compreendido como um processo dinâmico, que envolve fatores biológicos, sociais e culturais. Coll, Marchesi e Palácios (2004) explicam que cada etapa do desenvolvimento possui necessidades e características próprias, e que a aprendizagem deve ser mediada por experiências que respeitem essas especificidades. A adultização infantil, nesse sentido, representa uma ruptura no ritmo natural do desenvolvimento, antecipando vivências para as quais a criança ainda não está preparada, tanto cognitivamente quanto emocionalmente.

### **3 METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, com o objetivo de analisar a produção científica sobre a adultização infantil e suas implicações para a educação e a proteção da infância. A busca foi realizada no Portal de Periódicos CAPES, considerando publicações de 2016 a 2026, a partir dos descritores “Adultização AND infantil”, “Adultização AND infância” e “Adultização AND educação”. Foram incluídos artigos científicos disponíveis na íntegra, publicados em português, inglês ou espanhol, que abordassem diretamente a temática. Excluíram-se estudos duplicados, trabalhos não publicados como artigos, textos sem acesso completo e pesquisas sem relação direta com a adultização infantil. A seleção ocorreu pela leitura de títulos, resumos e textos completos, seguindo as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão do PRISMA 2020. Os dados foram organizados considerando autoria, ano, objetivo, periódico, metodologia e principais resultados. A análise foi realizada segundo a Análise Temática de Braun e Clarke (2006), resultando em quatro categorias: adultização infantil como fenômeno sociocultural; mídias digitais, redes sociais e cultura do consumo; repercussões no desenvolvimento infantil; e educação e proteção da infância: desafios contemporâneos.

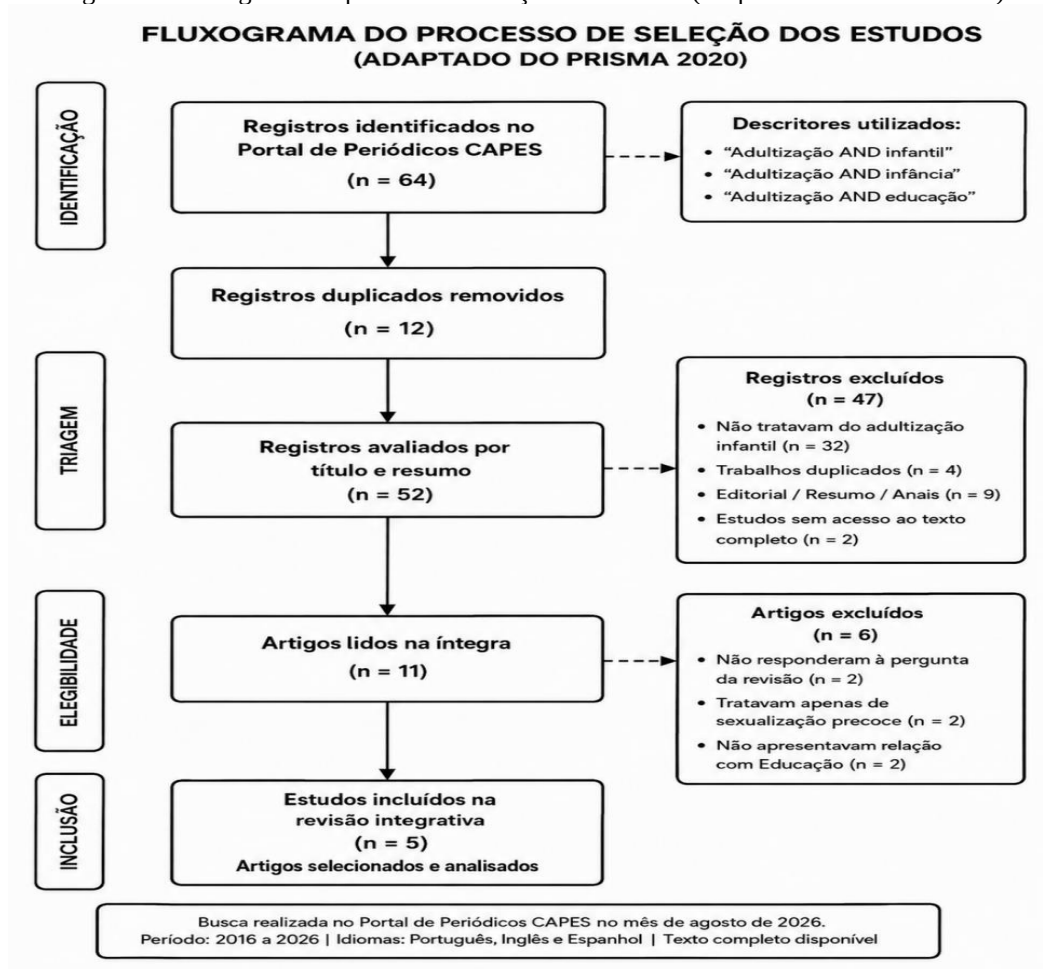
#### **4 DISCUSSÃO E RESULTADOS**

A busca bibliográfica foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, durante o mês de agosto de 2026, utilizando os descritores "Adultização AND infantil", "Adultização AND infância" e "Adultização AND educação", combinados pelo operador booleano AND. Foram considerados artigos publicados entre 2016 e 2026, disponíveis em texto completo, nos idiomas português, inglês e espanhol.

Inicialmente, foram recuperados 64 registros. Após a remoção de 12 estudos duplicados, permaneceram 52 artigos para leitura dos títulos e resumos. Nessa etapa, 41 publicações foram excluídas por não abordarem diretamente a adultização infantil ou por tratarem de temas correlatos, como sexualização precoce, consumo infantil, violência, desenvolvimento infantil ou mídias digitais, sem discutir especificamente o fenômeno da adultização.

Os 11 artigos remanescentes foram submetidos à leitura na íntegra. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, cinco estudos foram excluídos por não responderem à questão norteadora da revisão, resultando em 5 (cinco) artigos incluídos para análise qualitativa. Esse resultado evidencia a escassez de investigações científicas especificamente voltadas à adultização infantil, sobretudo no campo da Educação.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos (adaptado do PRISMA 2020)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Portal de Periódicos CAPES

Considerando as estratégias de busca “Adultização AND infantil”, “Adultização AND infância” e “Adultização AND educação”, realizadas no Portal de Periódicos CAPES, com recorte temporal de 2016 a 2026, identificou-se uma produção científica ainda incipiente e concentrada, sobretudo, nos anos mais recentes. Os estudos localizados abordam a adultização infantil a partir de diferentes perspectivas, com destaque para a influência das mídias digitais, da exposição da imagem da criança, da cultura do consumo, da erotização precoce, dos impactos psicológicos e das questões relacionadas à proteção integral e à educação.

Tabela 1 – artigos selecionados

| Ano  | Artigo                                                                                                                             | Periódico                               |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 2026 | Adultização na infância: um olhar sobre as formas de violências e maus-tratos precoces e seus impactos no desenvolvimento infantil | Saúde Coletiva (Barueri)                |
| 2026 | Relatório de pesquisa: dados primários sobre o processo de adultização da infância no meio digital                                 | Periódicos Brasil – Pesquisa Científica |
| 2026 | Acelerando a infância no meio digital: impactos psicológicos da adultização em crianças                                            | Periódicos Brasil – Pesquisa Científica |

| Ano  | Artigo                                                                                                                                        | Periódico                                                           |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| 2026 | Exposição e adultização de crianças no Brasil                                                                                                 | Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE) |
| 2026 | Adultização infantil nas redes sociais: responsabilidade civil dos tutores legais e a tutela estatal dos direitos da criança e do adolescente | Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE) |
| 2026 | Aspectos penais da adultização e exploração infantil                                                                                          | Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE) |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Portal de Periódicos CAPES

A análise dos artigos selecionados permitiu identificar quatro categorias temáticas que sintetizam as principais abordagens da produção científica acerca da adultização infantil: (1) adultização infantil como fenômeno sociocultural; (2) mídias digitais, redes sociais e cultura do consumo; (3) repercussões da adultização para o desenvolvimento infantil; e (4) educação e proteção da infância: desafios contemporâneos.

#### 4.1 Adultização Infantil como Fenômeno Sociocultural

Os estudos analisados compreendem a adultização infantil como um fenômeno complexo, relacionado às transformações sociais e culturais que vêm modificando as formas de vivenciar a infância. As publicações demonstram que a adultização não deve ser reduzida à erotização precoce, pois envolve também a antecipação de comportamentos, responsabilidades, padrões estéticos, formas de consumo e expectativas próprias do universo adulto.

Nesse sentido, a adultização representa um processo de deslocamento das experiências infantis para práticas socialmente associadas à vida adulta. Esse deslocamento pode ocorrer tanto pela imposição de responsabilidades incompatíveis com a faixa etária quanto pela incorporação de padrões de comportamento e aparência valorizados socialmente. Os estudos analisados apontam, portanto, que a infância contemporânea é atravessada por diferentes pressões que contribuem para reduzir as fronteiras simbólicas entre o universo infantil e o adulto.

A análise também evidencia que o fenômeno possui caráter multifatorial, sendo produzido pela articulação entre família, mercado, mídia, tecnologias digitais e relações sociais. Dessa forma, não é possível atribuir a adultização a um único agente ou contexto. A criança está inserida em uma rede de relações que pode tanto proteger sua condição infantil quanto favorecer a antecipação de experiências adultas.

Essa compreensão dialoga com a perspectiva apresentada no projeto da pesquisa, segundo a qual práticas familiares, sociais e escolares podem contribuir para a antecipação de responsabilidades e comportamentos incompatíveis com a infância.

#### **4.2 Mídias Digitais, Redes Sociais e Cultura do Consumo**

A influência das mídias digitais constitui um dos aspectos mais recorrentes nos artigos analisados. Os estudos publicados em 2026 demonstram que as redes sociais ampliaram significativamente a exposição das crianças a conteúdos, comportamentos e padrões de consumo relacionados ao universo adulto.

A presença infantil nas plataformas digitais não se limita ao consumo passivo de conteúdos. As crianças também podem participar da produção e divulgação de imagens, vídeos e informações sobre suas próprias vidas, tornando-se parte de uma dinâmica de exposição pública que pode intensificar processos de adultização. Nesse contexto, a busca por visibilidade, reconhecimento e aprovação social pode favorecer a reprodução de comportamentos, padrões estéticos e estilos de vida que não correspondem às necessidades próprias da infância.

Outro elemento recorrente é a cultura do consumo. Os estudos identificam a publicidade, a moda, os cosméticos e outros produtos destinados ao público infantil como mecanismos que aproximam precocemente as crianças de padrões estéticos e comportamentais associados à vida adulta. A criança passa, assim, a ser inserida em uma lógica de consumo que ultrapassa suas necessidades e pode interferir na construção de sua identidade.

Essa dimensão já aparece no projeto da pesquisa, que destaca a relação entre tecnologias digitais, consumismo e antecipação de experiências adultas. Ferreira, Ferreira e Melo são apresentados no projeto como autores que analisam a influência do consumo e da publicidade sobre as escolhas infantis, enquanto Castilhos e Leandro relacionam a adultização à pressão por comportamentos e padrões inadequados à faixa etária.

Assim, os resultados indicam que as tecnologias digitais não devem ser compreendidas isoladamente como responsáveis pela adultização. Elas funcionam como mediadoras e potencializadoras de processos sociais mais amplos, especialmente aqueles relacionados ao consumo, à exposição da imagem e à valorização da aparência.

### **4.3 Repercussões da Adultização para o Desenvolvimento Infantil**

A terceira categoria reúne os estudos que discutem as consequências da adultização para o desenvolvimento das crianças. Os resultados apontam repercussões nas dimensões emocional, psicológica, social e identitária, sobretudo quando a criança é submetida precocemente a expectativas e responsabilidades para as quais ainda não possui maturidade suficiente.

Entre os impactos discutidos encontram-se a redução das experiências lúdicas, a preocupação excessiva com aparência e aceitação social, a vulnerabilidade emocional e possíveis dificuldades na construção da identidade. A antecipação de experiências adultas pode, portanto, comprometer a vivência de uma infância pautada pelo brincar, pela imaginação, pela experimentação e pelas relações entre pares.

Essa discussão encontra correspondência no referencial do projeto, que compreende o desenvolvimento infantil como um processo marcado por características e necessidades próprias de cada etapa. A antecipação de experiências adultas pode representar uma ruptura desse processo, ao submeter a criança a exigências para as quais ainda não apresenta condições cognitivas e emocionais adequadas.

Os artigos que abordam a adultização no ambiente digital acrescentam ainda a dimensão da construção da identidade infantil. A exposição contínua a padrões de beleza, consumo e reconhecimento social pode fazer com que a criança passe a avaliar sua própria imagem a partir de critérios externos, fortalecendo a necessidade de aprovação e pertencimento.

Nesse sentido, a adultização não representa simplesmente a adoção de comportamentos considerados “adultos”, mas pode interferir na própria maneira como a criança compreende a si mesma e estabelece relações com o mundo. O problema, portanto, está relacionado à antecipação de experiências sem que existam condições adequadas para sua elaboração.

### **4.4 Educação e Proteção da Infância: Desafios Contemporâneos**

A quarta categoria evidencia uma das principais lacunas encontradas na revisão: embora os estudos discutam amplamente os fatores associados à adultização e seus impactos, ainda são reduzidas as pesquisas que apresentam estratégias pedagógicas concretas para seu enfrentamento. Essa lacuna revela a necessidade de ampliar o debate sobre a responsabilidade da Educação diante das transformações que atravessam a experiência infantil contemporânea.

A escola ocupa posição estratégica nesse debate por constituir um dos principais espaços de socialização, formação e construção de conhecimentos pelas crianças. Nessa perspectiva,

Kramer (2006) compreende a criança como sujeito histórico e social, cuja participação nos espaços educativos precisa considerar suas experiências, culturas e formas próprias de produzir sentidos sobre o mundo. Tal compreensão é particularmente importante diante da adultização, pois implica reconhecer a infância não como uma etapa incompleta em direção à vida adulta, mas como uma experiência social que possui especificidades e direitos próprios.

Essa perspectiva também pode ser articulada às contribuições de Vygotsky (1993), para quem o desenvolvimento infantil ocorre nas relações sociais e culturais estabelecidas pela criança. As experiências proporcionadas pelos diferentes espaços de convivência, portanto, participam da constituição de seus processos psicológicos e de sua maneira de compreender a realidade. Desse modo, diante das pressões contemporâneas que antecipam comportamentos e expectativas adultas, a escola pode constituir-se em espaço de mediação, possibilitando experiências educativas que respeitem os tempos, as necessidades e as particularidades do desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, a educação não deve assumir apenas uma função de transmissão de conteúdos, mas também contribuir para a formação de sujeitos críticos e capazes de compreender as relações sociais que atravessam suas experiências. Freire (1996) defende uma educação fundamentada no diálogo, na autonomia e na construção crítica do conhecimento. Aplicada à problemática da adultização infantil, essa perspectiva permite pensar a escola como espaço no qual crianças podem desenvolver formas de leitura crítica do mundo, inclusive diante das influências exercidas pela publicidade, pelo consumo e pelas mídias digitais.

A valorização das experiências próprias da infância também encontra respaldo na compreensão histórica apresentada por Ariès (1981), ao demonstrar que a infância é uma construção social e histórica. Reconhecer essa especificidade significa compreender que as crianças necessitam de condições sociais e educativas que lhes permitam vivenciar experiências próprias de sua etapa de desenvolvimento. Assim, o enfrentamento da adultização pressupõe a defesa de uma infância na qual o brincar, a imaginação, a criatividade, a convivência e a expressão possam ocupar lugar central nas práticas educativas.

A proteção da infância, portanto, não pode ser atribuída exclusivamente à família ou ao Estado. Trata-se de uma responsabilidade compartilhada entre diferentes instituições e sujeitos sociais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a proteção integral como princípio orientador e reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, reforçando a responsabilidade da família, da sociedade e do poder público na garantia de condições adequadas para seu desenvolvimento (Brasil, 1990). Nesse sentido, os estudos de natureza jurídica encontrados na revisão ampliam a discussão ao abordar a responsabilidade de

familiares, Estado e plataformas digitais diante da exposição e da vulnerabilidade das crianças nas redes sociais.

No campo educacional, essa discussão evidencia a necessidade de formação dos professores para reconhecer as diferentes manifestações da adultização e desenvolver práticas que contribuam para sua prevenção. Para Freire (1996), a prática docente exige reflexão crítica sobre a própria ação educativa e sobre as condições sociais nas quais ela se desenvolve. Assim, a formação docente precisa contemplar não apenas aspectos didático-metodológicos, mas também questões contemporâneas que interferem na constituição das infâncias.

Desse modo, a escola pode assumir uma perspectiva de proteção pedagógica da infância, criando condições para que as crianças tenham acesso a experiências educativas que valorizem o brincar, a literatura, a criatividade, a interação social e a construção progressiva da autonomia. Essa atuação não significa afastar as crianças das tecnologias ou negar as transformações culturais contemporâneas, mas favorecer uma relação crítica, mediada e adequada à idade com esses elementos.

A principal contribuição dessa categoria, portanto, está em evidenciar que a Educação ainda precisa ocupar um espaço mais efetivo na produção científica sobre adultização infantil. A literatura analisada apresenta importantes diagnósticos sobre os riscos e impactos do fenômeno, mas ainda são necessários estudos que investiguem práticas pedagógicas, formação docente e estratégias institucionais capazes de fortalecer a proteção e a valorização da infância.

#### **4.5 Achados da Pesquisa**

A análise temática demonstra que a adultização infantil constitui um fenômeno multidimensional e contemporâneo, atravessado por relações entre cultura, consumo, tecnologias digitais, família e educação. Os artigos analisados convergem quanto à existência de repercussões importantes sobre o desenvolvimento infantil, especialmente nas dimensões emocional, social e identitária.

Ao mesmo tempo, a revisão evidencia uma lacuna significativa na produção educacional: são poucos os estudos que avançam da identificação do problema para a proposição e avaliação de estratégias pedagógicas de prevenção. Essa lacuna constitui uma importante possibilidade para futuras pesquisas, sobretudo aquelas voltadas ao cotidiano escolar e à atuação docente na proteção da infância.

Dessa forma, os resultados permitem compreender que enfrentar a adultização infantil exige mais do que controlar o acesso das crianças às mídias ou ao consumo. É necessário

construir uma perspectiva educativa e social de proteção integral, capaz de reconhecer a criança como sujeito de direitos e assegurar condições para que ela possa vivenciar as experiências próprias de sua etapa de desenvolvimento.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente revisão integrativa possibilitou analisar a produção científica acerca da adultização infantil na contemporaneidade, evidenciando que esse fenômeno constitui uma problemática complexa, multifatorial e ainda em processo de consolidação no campo científico. A partir da análise dos estudos selecionados, foi possível compreender que a adultização não se restringe à erotização ou à sexualização precoce, mas envolve um conjunto mais amplo de processos relacionados à antecipação de comportamentos, responsabilidades, padrões estéticos, formas de consumo e expectativas próprias do universo adulto.

Os resultados demonstraram que as transformações sociais e culturais contemporâneas têm produzido novas formas de vivenciar a infância. Nesse processo, as mídias digitais e as redes sociais assumem papel significativo, uma vez que ampliam o acesso das crianças a conteúdos, padrões de comportamento e referências próprias do mundo adulto. A exposição da imagem infantil, a busca por reconhecimento nas plataformas digitais e a influência de padrões de beleza e consumo constituem elementos que podem contribuir para a antecipação de experiências e comportamentos. Entretanto, compreende-se que as tecnologias não são, isoladamente, responsáveis pelo fenômeno, uma vez que a adultização resulta da articulação de diferentes dimensões sociais, culturais, familiares, econômicas e educacionais.

Outro aspecto identificado refere-se às repercussões da adultização para o desenvolvimento infantil. Os estudos analisados apontam possíveis consequências nas dimensões emocional, psicológica, social e identitária, especialmente quando as crianças são submetidas a expectativas e responsabilidades incompatíveis com sua etapa de desenvolvimento. A redução das experiências lúdicas, a preocupação precoce com a aparência, a necessidade de aprovação social e a exposição excessiva constituem elementos que podem fragilizar a experiência da infância. Nesse sentido, preservar a infância significa assegurar às crianças condições para brincar, imaginar, estabelecer relações, expressar sentimentos e construir sua identidade de maneira gradual e protegida.

A revisão também evidenciou uma importante lacuna na produção científica, particularmente no campo da Educação. Embora os estudos apresentem discussões relevantes sobre as causas, manifestações e consequências da adultização infantil, ainda são escassas as

investigações dedicadas às estratégias pedagógicas de prevenção e enfrentamento desse fenômeno no cotidiano escolar. Essa constatação é particularmente relevante, pois a escola constitui um espaço fundamental de socialização, formação e garantia de direitos, podendo contribuir para a construção de relações educativas que reconheçam e valorizem as especificidades da infância.

Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade de que a educação ultrapasse uma perspectiva meramente preventiva baseada na restrição do acesso das crianças às tecnologias e passe a desenvolver uma educação crítica para as mídias, para o consumo e para a proteção da infância. Cabe à escola, em articulação com as famílias e demais instituições responsáveis pela proteção integral, criar espaços de diálogo nos quais as crianças possam compreender criticamente as influências que atravessam suas experiências, sem que isso implique negar o acesso às tecnologias ou às diferentes formas de cultura contemporânea.

Outro aspecto importante diz respeito à formação dos professores. O enfrentamento da adultização infantil requer profissionais capazes de reconhecer suas diferentes manifestações e compreender que determinadas mudanças no comportamento, na linguagem, na aparência ou nas relações sociais podem estar relacionadas a processos mais amplos de socialização. A formação docente, portanto, precisa contemplar discussões sobre infância, cultura digital, consumo, exposição infantil, desenvolvimento e direitos das crianças, possibilitando uma atuação pedagógica mais sensível e crítica diante das transformações contemporâneas.

A realização desta revisão também permitiu identificar uma característica importante da produção científica: a concentração dos estudos nos anos mais recentes demonstra que a adultização infantil ainda constitui uma temática emergente. Tal resultado não significa ausência do fenômeno em períodos anteriores, mas indica que sua problematização acadêmica sob a denominação de adultização infantil é relativamente recente. Dessa forma, torna-se necessário ampliar as investigações, especialmente no campo educacional, para compreender como esse fenômeno se manifesta em diferentes contextos sociais, culturais e escolares.

Considerando o objetivo proposto, conclui-se que a produção científica analisada evidencia uma relação significativa entre adultização infantil, mídias digitais, cultura do consumo e exposição da imagem da criança, bem como possíveis repercussões para seu desenvolvimento integral. Ao mesmo tempo, os estudos revelam que a educação ainda necessita ocupar um espaço mais central nesse debate, especialmente por meio da construção de práticas pedagógicas e políticas institucionais comprometidas com a proteção da infância.

Por fim, compreende-se que enfrentar a adultização infantil não significa impedir que as crianças tenham contato com o mundo contemporâneo, mas garantir que esse contato ocorra

de maneira crítica, segura e compatível com seus direitos e necessidades de desenvolvimento. A infância precisa ser reconhecida como uma experiência social própria, que não deve ser antecipada nem subordinada às exigências do consumo, da exposição e da lógica adulta. Assim, a proteção da infância demanda ações articuladas entre família, escola, Estado, sociedade e plataformas digitais, fortalecendo uma cultura de cuidado e respeito aos direitos das crianças.

Como limitação desta revisão, destaca-se a reduzida produção científica diretamente relacionada ao termo adultização infantil, bem como a concentração das publicações em anos recentes. Essa característica restringe a possibilidade de estabelecer comparações mais amplas ao longo do período analisado. Recomenda-se, portanto, que pesquisas futuras ampliem as bases de dados e os descritores utilizados e desenvolvam estudos empíricos no contexto escolar, investigando as percepções de professores, famílias e crianças, bem como estratégias educativas capazes de contribuir efetivamente para a prevenção e o enfrentamento da adultização infantil.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.
- CASTILHOS, Maria Auxiliadora; LEANDRO, Luciana. Adultização infantil: reflexões sobre infância e sociedade. **Revista Reflexão e Crítica Educacional**, v. 4, n. 2, p. 45-58, 2018.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FERREIRA, José; FERREIRA, Aline; MELO, Maria. Consumo e adultização infantil: uma análise a partir das escolhas de crianças na educação infantil. **Revista Brasileira de Estudos da Infância**, v. 6, n. 1, p. 23-40, 2021.
- GUEDES, Kávia Maria Gomes; LISBOA, Maria Claudia Nobre. Exposição e adultização de crianças no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 6, p. 1-19, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i6.27238.
- KALAMAR, Márcia; CASTILHOS, Maria Auxiliadora. Infância e consumo: dimensões da adultização infantil na contemporaneidade. **Revista de Estudos Interdisciplinares da Infância**, v. 2, n. 3, p. 112-128, 2020.
- MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na

saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, p. n71, 2021.

PEREIRA VILAR, Rebeca; PAIXÃO, Carlos Eduardo Lobato da; OLIVEIRA, Daniara Mourão Rodrigues de; MACIEL, Danielle Prado Bandeira; ACERBI, Thalya Vicente; LIMA, Talita Eloí Barbosa. Adultização na infância: um olhar sobre as formas de violências e maus-tratos precoces e seus impactos no desenvolvimento infantil. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 17, n. 107, p. 19874-19887, 2026. DOI: 10.36489/saudecoletiva.2026v17i107p19874-19887.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

OLIVEIRA, Izabel Cristina Uraní de. Adultização infantil nas redes sociais: responsabilidade civil dos tutores legais e a tutela estatal dos direitos da criança e do adolescente. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 6, p. 1-22, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i6.26878.

PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, p. n71, 2021.

PEREIRA VILAR, Rebeca; PAIXÃO, Carlos Eduardo Lobato da; OLIVEIRA, Daniara Mourão Rodrigues de; MACIEL, Danielle Prado Bandeira; ACERBI, Thalya Vicente; LIMA, Talita Eloí Barbosa. Adultização na infância: um olhar sobre as formas de violências e maus-tratos precoces e seus impactos no desenvolvimento infantil. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 17, n. 107, p. 19874-19887, 2026. DOI: 10.36489/saudecoletiva.2026v17i107p19874-19887.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SILVA, Marvinlee Alessandra Nascimento da; OLIVEIRA, Taynnara dos Santos; CURY, Leticia Vivianne Miranda. Aspectos penais da adultização e exploração infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 6, p. 1-17, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i6.27514.

SOMMER, Alethea; SASSI, Angélica; NARDON, Bruna; DIEMEN, Márcio Von; KUNRATH, Rafaela; CARVALHO, Greice; KESKE, Henrique Alexander. Acelerando a infância no meio digital: impactos psicológicos da adultização em crianças. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, Macapá, v. 5, n. 2, p. 920-942, 2026. DOI: 10.36557/2674-9432.2026v5n2p920-942.

VEIGA, Ana Lícia Sousa; SILVA, Ingrid Horrany Sousa; FERREIRA, Sávia Costa; OLIVEIRA, Izabel Cristina Uraní de. Adultização infantil nas redes sociais: responsabilidade civil dos tutores legais e a tutela estatal dos direitos da criança e do adolescente. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 6, p. 1-22, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i6.26878.